



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva

Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira

Priscila de Fátima Lima Schio

Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

RAÍZES HISTÓRICAS DA CRISE DOCENTE: FORMAÇÃO E PRECARIZAÇÃO NO BRASIL (IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA)

HISTORICAL ROOTS OF THE TEACHING CRISIS: TEACHER TRAINING AND PRECARIZATION IN BRAZIL (EMPIRE AND FIRST REPUBLIC)

RAÍCES HISTÓRICAS DE LA CRISIS DOCENTE: FORMACIÓN Y PRECARIZACIÓN EN BRASIL (IMPERIO Y PRIMERA REPÚBLICA)

RESUMO

Este artigo analisa as origens históricas da crise docente no Brasil, destacando que, desde o Período Imperial até a Primeira República, a educação pública se desenvolveu sobre alicerces instáveis, caracterizados pelo descaso governamental, pela precariedade das instituições de formação de professores e pela ausência de reconhecimento político e social da profissão docente. Com o intuito de compreender como esses problemas surgiram e se consolidaram no primeiro século após a independência, o estudo utiliza uma metodologia qualitativa com enfoque histórico-documental, baseada na análise de legislações educacionais, relatórios ministeriais, documentos provinciais e obras fundamentais da historiografia educacional brasileira. Os resultados indicam que a descentralização do ensino, a falta de investimentos adequados, as significativas desigualdades regionais e a feminização moralizada da docência contribuíram para formar um corpo docente mal preparado, sobrecarregado e mal remunerado, frequentemente responsabilizado pelo fracasso escolar. O estudo revela que as políticas públicas daquela época, embora promettessem modernização, falharam em assegurar uma formação robusta e uma real valorização profissional dos docentes, perpetuando problemas que ainda ecoam na educação brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Educação; formação de professores; valorização docente; políticas públicas; história da educação brasileira.

ABSTRACT

This article investigates the historical origins of the teaching crisis in Brazil. It shows that from the Imperial Period to the First Republic, public education was founded on unstable bases marked by state neglect and inadequate teacher training institutions alongside a persistent lack of political and social recognition for the teaching profession. Aiming to understand how these issues emerged and became entrenched during Brazil's first century of independence, this study employs a qualitative historical-documentary methodology based on an analysis of educational legislation, ministerial reports, provincial documents and key works in Brazilian educational historiography. The findings reveal that decentralization of education combined with insufficient investment and significant regional inequalities contributed to forming an underqualified teaching workforce that was overburdened and poorly paid while being often blamed for systemic failures in schooling. The analysis demonstrates that although educational policies during this period appeared modernizing in rhetoric they failed to provide solid teacher training or genuine professional recognition resulting in the perpetuation of structural challenges that continue to influence contemporary Brazilian education.

Keywords: Teacher training; teacher appreciation; public policies; history of Brazilian education.

RESUMEN

El artículo examina las raíces históricas de la crisis docente en Brasil y muestra que desde el Período Imperial hasta la Primera República la educación pública se construyó sobre bases debilitadas por el abandono estatal y la precariedad estructural de las escuelas normales además de la falta persistente de reconocimiento político y social hacia el magisterio. Con el objetivo de comprender cómo estos problemas surgieron y se consolidaron durante el primer siglo de independencia se emplea una metodología cualitativa con enfoque histórico-documental basada en el análisis de legislaciones educativas informes ministeriales documentos provinciales y obras fundamentales en la historiografía educativa brasileña. Los resultados indican que la descentralización del sistema educativo la escasez de inversiones las profundas desigualdades regionales y la feminización moralizada del magisterio

contribuyeron a formar un cuerpo docente mal preparado sobrecargado y mal remunerado frecuentemente responsabilizado por los fracasos del sistema educativo. El análisis demuestra que aunque las políticas educativas del periodo estuvieron revestidas con un discurso modernizador no garantizaron una formación consistente ni una valorización profesional efectiva perpetuando desafíos que aún afectan a la educación brasileña contemporánea.

Palavras-clave: Educación; formación docente; valorización del magisterio; políticas públicas; historia de la educación brasileña.

1 INTRODUÇÃO

Como aponta Saviani (2011), o Brasil enfrentou grandes dificuldades para universalizar sua educação básica. O legado escravocrata resultou em um contexto onde o acesso ao conhecimento era visto como um privilégio reservado à elite, dificultando o ingresso às escolas para negros pobres e trabalhadores — visando manter essa elite no poder. Contudo, o povo brasileiro é reconhecido por sua criatividade e desejo insaciável por saber. Quando o acesso à educação formal foi negado à população em geral, surgiram manifestações culturais nas periferias com novas formas artísticas, novas estéticas e ritmos inovadores que revelaram uma rica cultura advinda da pobreza e da negação dos direitos básicos.

Ao longo do tempo essa capacidade criativa clamava pela inclusão nas escolas, mas a elite política e econômica sempre criou obstáculos. Contudo as iniciativas voltadas à oferta educacional não respondiam aos desejos populares pois visavam a atender ao controle estatal desejoso por manter suas estruturas sociais intactas. Como observado por Carvalho (1990), logo após a independência imperial foi estabelecida uma escola primária para formação das classes militares com intuito do imperador construir um exército coeso minimamente letrado para conter revoltas populares decorrentes do descaso governamental.

Com vistas a melhorar esta instrução pública, logo depois da abdicação de D. Pedro I, em 1834 ocorreu uma descentralização do ensino com o Ato Adicional, transferindo responsabilidades pela formação docente às províncias onde foram criadas escolas normais sob condições precárias — algumas funcionando intermitentemente — oferecendo formação insuficiente aos professores. Esta, pode se dizer, foi a primeira tentativa de universalizar a educação, mas feita de forma bem rudimentar e transferindo a responsabilidade da União para os estados.

A tentativa não foi adiante, pois as baixas remunerações associadas às péssimas condições laborais desestimulavam novos profissionais nesta área. Gradualmente novos conteúdos passaram a ser incluídos nos currículos das

formações docentes além das habilidades básicas como leitura escrita matemática incluindo também tópicos relacionados ao lar e afazeres domésticos, tornando quase toda força laboral da educação feminina e tornando a educação também um instrumento para formação de mão de obra para o lar, especialmente no caso das estudantes mulheres. Vale notar que, como a educação pagava baixos salários, as funções docentes foram se tornando desinteressante para os homens e, em geral, as professoras assumiam a dupla missão de cuidar da casa e cuidar da profissão. Ao final do Segundo Império, conforme argumenta Priori (2017). Essas mulheres assumiam papéis duplos como professoras e responsáveis pelos cuidados familiares sendo verdadeiras heroínas numa sociedade que não valoriza adequadamente sua contribuição à transformação social através da educação.

Influenciados por ideais iluministas e positivistas conforme Romanelli (2014) alguns brasileiros começaram a sonhar com uma república capaz de implantar regimes educativos sólidos semelhantes aos das nações mais desenvolvidas, mas esse ideal rapidamente esbarrou nas mesmas elites conservadoras que controlavam o Estado independentemente do regime vigente, assim frustrando esperanças em torno da implementação efetiva de políticas públicas educacionais universais, voltadas ao acesso amplo à educação e valorização dos docentes.

Deste modo este texto busca iluminar questões relacionadas à formação e valorização dos docentes no primeiro século da história nacional problematizando como os desafios atuais estão enraizados nesse passado marcado pelo desprezo pela profissão docente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Institucionalização da formação docente no Brasil imperial

Tanuri (2000) argumenta que as escolas normais surgidas no século XIX marcaram o início institucionalização da formação docente no Brasil embora tenham sido estabelecidas sob condições inadequadas com currículos limitados, resultando em baixa qualidade pedagógica, sem investimentos ou diretrizes centralizadas, levando ao desenvolvimento desigual entre províncias.

Essa fragilidade refletiu-se diretamente na identidade profissional dos professores considerados meros executores, sem autonomia ou prestígio social. Devido à ausência de uma base sólida para reconhecimento profissional juntamente

com instabilidades administrativas financeiras, dificultou seu fortalecimento como categoria respeitada dentro do cenário profissional.

2.2 Descentralização e desigualdade: Efeitos do ato adicional de 1834

Segundo Schueler & Magaldi (2008), o Ato Adicional representou um marco crucial na descentralização política educacional transferindo responsabilidades às províncias quanto à instrução pública, no entanto tal medida não trouxe progresso, ao invés disso, acentuou desigualdades regionais

Províncias ricas mantiveram melhores estruturas escolares, enquanto as mais pobres ficaram marginalizadas, sustentando um sistema fragmentado excluindo muitos alunos e, assim, impactando negativamente na carreira docente, intensificando sua vulnerabilidade devido à falta de padronização nos salários, na formação e nos critérios de ingresso, entre outros aspectos essenciais.

2.3 A Educação como privilégio e o professor como agente subalterno

Nagle (1974) enfatiza que no século XIX consolidou-se um modelo educacional elitista voltado especificamente às classes dominantes relegando a educação popular ao segundo plano, tornando os professores servidores hierarquicamente inferiores, encarregados apenas de reproduzir conteúdos elementares e sem autonomia ou reconhecimento significativo.

Esse paradigma persistiu durante a Primeira República quando, apesar das promessas modernizadoras, pouco investimento foi direcionado para profissionalizar os docentes, cuja imagem permaneceu vinculada aos valores morais e religiosos, especialmente associada às mulheres, reforçando identidades marcadas pela abnegação e dependência simbólica.

2.4 Permanências na primeira república: modernização e contradições

Romanelli (2014) destaca a transição republicana e trouxe novas promessas de progresso, porém manteve as contraditórias estruturas existentes. Reformas inspiradas nas doutrinas positivistas e no cientificismo, buscavam modernizar a instituição pública mas não alteraram efetivamente as condições laborais dos professores e professoras.

Permaneceram traços característicos da precariedade dos baixos salários e da infraestrutura deficiente formando docência como carreira feminilizada desvalorizada marcada mais dever moral do que competência técnica.

3 METODOLOGIA

O presente estudo faz uma abordagem qualitativa e histórica-documental, analisando fontes primárias secundárias sobre formação valorização docente Brasil entre Período Imperial(1822–1889) e a Primeira República(1889–1930).

A escolha dessa abordagem justifica-se na necessidade compreender os significados sociais e políticos atribuídos atividade docente ao longo tempo, bem como processos históricos que contribuíram para a precarização da atividade docente, segundo Bogdan Biklen(1994) a nos pesquisa qualitativa permite interpretar fenômenos sociais e contextos históricos, ressaltando sentidos atribuídos a sujeitos e as instituições envolvidos.

3.1 Fontes, procedimentos e análise

Foram utilizadas fontes primárias:

- Legislação educacional do período imperial, especialmente Ato Adicional (1834) e a Lei de 15 outubro 1827 (criação escolas primeiras letras) e reformas republicanas instrução pública;
- Relatórios ministeriais, documentos provinciais disponíveis, acervos públicos estudos de historiadores educação;

Fontes secundárias incluem obras de referência, história e formação docente Tanuri (2000) Schueler Magaldi (2008) Romanelli (2014) Saviani (2008) Nagle (1974)

Análise de documentos (Bardin 2011) pautada na identificação de categorias temáticas tais quais:

- Formação inicial escolas normais;
- Reconhecimento social valorização magistério;
- Desigualdades regionais políticas públicas instrução;
- Profissionalização gênero docência;

Essas categorias foram comparadas entre dois períodos históricos (Primeira República e Período Imperial) permitindo identificar permanências, rupturas, transformações e percepções no trabalho docente.

3.2 Delimitação temporal geográfica

Esta pesquisa delimita-se primeiro século da independência Brasil(1822–1922), período que formaram as bases da escola pública e do magistério nacional buscando compreender padrão nacional de formação e valorização, considerando particularidades regionais descritas nas fontes analisadas.

3.3 Objetivos analíticos

Examinar a legislação e as políticas públicas que contribuíram para a formação docente;

Identificar representações sociais da docência, implicações e reconhecimento político simbólico da profissão ;

Compreender as raízes históricas que levaram à desvalorização da atividade docente e que ainda se manifestam no cenário educacional brasileiro atual.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise das fontes históricas e bibliográficas evidencia que as origens da precarização docente no Brasil estão ligadas a fatores estruturais e persistentes, que atravessam tanto o Império quanto a Primeira República.

4.1 Formação docente incipiente e descontinuidade institucional

Durante o Império, as escolas normais surgiram como iniciativas pontuais e isoladas, sem diretrizes pedagógicas unificadas. Como aponta Tanuri (2000), muitas províncias criaram cursos normais apenas formalmente, sem estrutura física, docentes qualificados ou currículos consistentes. Essa formação fragmentada impediu o desenvolvimento de uma identidade profissional sólida e, conseqüentemente, a consolidação da carreira docente.

Na Primeira República, embora tenha havido um discurso de modernização e laicização da educação, os problemas de base permaneceram: currículos elementares, baixos salários e ausência de reconhecimento social. O professor

republicano herdou o estigma do “ensinante de primeiras letras”, com pouca formação e prestígio limitado.

4.2 Desigualdade regional e descentralização do ensino

O Ato Adicional de 1834, ao descentralizar a responsabilidade pela instrução pública, transferiu às províncias o ônus da manutenção das escolas. Isso gerou grandes disparidades regionais: províncias mais ricas, como São Paulo e Rio de Janeiro, conseguiram manter instituições de ensino mais estruturadas, enquanto regiões pobres, como o Norte e o Nordeste, enfrentaram abandono e escassez de professores.

Esse quadro se manteve na República, revelando a ausência de um projeto nacional de educação e a fragilidade da atuação do Estado na garantia de condições equitativas de ensino.

4.3 Feminização e moralização do magistério

Os resultados também mostram que a docência, especialmente no ensino primário, foi progressivamente feminilizada durante o final do Império e a Primeira República. De acordo com Candau (2012) e Romanelli (2014), essa mudança foi acompanhada por uma moralização da profissão, que passou a ser associada à vocação, paciência e abnegação — qualidades tradicionalmente atribuídas às mulheres.

Essa construção simbólica, embora tenha ampliado o acesso feminino ao magistério, contribuiu para reforçar a desvalorização econômica e simbólica da carreira, consolidando a ideia de que ensinar era um dever moral, não uma profissão intelectual.

4.4 Permanência da precarização e ausência de valorização social

A análise comparativa dos dois períodos demonstra que, mesmo com as reformas republicanas, a condição docente não se alterou significativamente. A formação continuava insuficiente, as escolas careciam de infraestrutura e os salários permaneciam baixos.

Saviani (2008) e Gatti (2010) destacam que essas deficiências estruturais deram origem a um ciclo histórico de desprofissionalização, que persiste até hoje. A

ausência de políticas de valorização, de planos de carreira e de condições dignas de trabalho consolidou a docência como uma ocupação desvalorizada e vulnerável.

Síntese dos Resultados:

Os resultados deste estudo indicam que:

A formação docente no século XIX e início do XX foi marcada pela improvisação e pela ausência de políticas estruturadas;

O Estado brasileiro tratou a educação como assunto secundário, delegando às províncias responsabilidades que não podiam cumprir;

A feminização do magistério reforçou a ideia de vocação e serviço, contribuindo para a desvalorização simbólica da profissão;

As raízes históricas da crise docente se encontram na combinação entre baixa formação, baixos salários e baixa estima social, condições que persistem, com outras formas, na contemporaneidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda política docente deve ser integral, não há como pensar em educação sem pensar no professor, na sua formação, na sua remuneração e nas suas condições de trabalho. Assim, as políticas públicas de educação estarão fadadas ao fracasso enquanto não considerarem o professor como peça chave do processo. No estado democrático de direito, não pode haver cidadania sem educação pública, gratuita, com acesso para todos e garantia de permanência e aprendizagem. Como essas premissas não foram consideradas no passado, a educação fracassou e com ela o país fracassou. Somos hoje o resultado do que fizeram com nossa educação e, se não quisermos que os nossos filhos lamentem, precisamos fazer diferente agora.

Outra questão importante que precisamos ficar atentos é que as políticas educacionais não devem ser feitas de maneira autoritária, como ocorreu no período estudado. Toda proposição de política pública deve ser discutida com a sociedade e, no tocante às políticas educacionais, os educadores, os gestores, os representantes de pais e de estudantes não podem ser ignorados na discussão, na implementação e na avaliação do processo. Talvez esse tenha sido o grande entrave da educação no período imperial na primeira república. Em educação, dialogar, ouvir e trabalhar coletivamente é sempre o melhor caminho.

6 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto Imperial de 1 de Março de 1823. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/antioresa1824/decreto-38742-1-marco-1823-567536-publicacaooriginal-90852-pe.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-38742-1-marco-1823-567536-publicacaooriginal-90852-pe.html) , acesso em: 06 de novembro de 2025.
- CANDAU, Vera Maria. Formação de Professores: Tendências Atuais. Petrópolis: Vozes, 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- GATTI, Bernardete A. Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355–1379, 2010.
- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PRIORE, Mary Del (Org.). História das mulheres no Brasil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil: (1930/1973). 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SAVIANI, Dermeval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Júlia F. O legado educacional do século XIX. Campinas: Autores Associados, 2011.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. Scielo, 2008. p. 32-55. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>> Acesso em: 06 de novembro de 2025.
- SCHUELER, Alessandra; MAGALDI, Ana Maria. Educação e Cultura Escolar no Império Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar (org.). A Educação nas constituintes brasileiras, 1823 – 1988. 2ª ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2001
- TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 61–88, 2000.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. 61-88.



